



ecoa

Rede Pantanal

RESULTADOS DO I FÓRUM REGIONAL SOBRE POLÍTICA DE PESCA NO PANTANAL: INCLUSÃO SOCIAL, GESTÃO PARTICIPATIVA, PESQUISA E MONITORAMENTO

8 A 10 DE NOVEMBRO DE 2005 - CAMPO GRANDE, MS

O I Fórum Regional sobre Políticas de Pesca no Pantanal contou com ampla participação das comunidades de pescadores profissionais-artesanais, instituições públicas de ensino e pesquisa, órgãos governamentais e organizações não governamentais dos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, com a finalidade de integrar o conhecimento tradicional dos pescadores com o conhecimento científico, na formulação de propostas para a gestão participativa da pesca em seus aspectos sociais, econômicos e ambientais na Bacia do Alto Paraguai (BAP).

Os resultados das discussões evidenciaram que a pesca profissional-artesanal é uma atividade ecologicamente sustentável e de relevante importância econômico-social, que deve ser considerada na formulação de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar, inclusão social e erradicação da pobreza na região. É uma atividade passível de ordenamento para a conservação dos recursos pesqueiros e para a melhoria da qualidade de vida dos pescadores. Além disso, os estoques pesqueiros da BAP, enquanto recursos naturais renováveis, podem ser utilizados pela pesca dentro de seus limites naturais de reposição, sem qualquer prejuízo para a sua conservação. Desse modo, a pesca sustentável disponibiliza esses recursos para a sociedade, ao mesmo tempo em que realiza o monitoramento das populações de peixes e, por conseguinte, do ambiente, tanto pela percepção direta dos pescadores, quanto pelos estudos realizados a partir da pesca.

Enfaticamente, os resultados das discussões apontam que a maior parte dos problemas da pesca, que levam à redução dos estoques pesqueiros na BAP, é causado por fatores

externos. Entre eles, destacam-se o assoreamento, o aporte de poluentes aos rios e a construção de barragens ou de obras civis para a navegação que venham a alterar os ambientes, o pulso de inundação ou interferir em processos biológicos essenciais. Por tudo isso, o Fórum manifestou-se contrário a qualquer ação que venha a desprestigiar os pescadores profissionais artesanais da BAP, reafirmando o respeito à sua tradição, cultura, saber, identidade e modo de vida.

Nesse evento, foi instituído o “Fórum Permanente da Pesca Sustentável no Pantanal” que tem por objetivo contribuir para a condução democrática da política de pesca na BAP, à disposição da sociedade. Esse Fórum será constituído pelas instituições presentes, ficando na responsabilidade da ECOA – Ecologia e Ação sua articulação e mobilização.

Os resultados das discussões apresentados em seguida incluem as propostas e reivindicações dos pescadores em relação ao fomento, ordenamento e fiscalização da pesca, recuperação ambiental, educação, saúde e moradia para a categoria.

FOMENTO À PESCA

- a) Implementação de políticas capazes de desenvolver os setores da pesca profissional artesanal de forma sustentável sob as perspectivas econômicas, sociais e ambientais;
- b) Desenvolver cursos de capacitação para agregar valor ao produto da pesca profissional;
- c) Criação de um fundo de aval para as colônias de pescadores profissionais artesanais;
- d) Facilitar para as colônias, associações e cooperativas de pesca, o acesso às linhas de crédito para pescadores profissionais artesanais; e que o bem financiado sirva de garantia ao banco credor;
- e) Encaminhar o projeto de lei que regulamenta o subsídio do óleo diesel para as embarcações pesqueiras;
- f) Fomentar alternativas de renda com atividades paralelas;
- g) Acesso facilitado na liberação dos recursos do governo federal (PRONAF PESCA), bem como para adquirir linha de crédito;
- h) Investir nas colônias de pesca para a comercialização dos produtos da pesca, tirando o pescador da mão dos atravessadores que hoje comercializam o produto caro para a sociedade e barato para o pescador.

ORDENAMENTO DA PESCA

- a) Desenvolver o ordenamento pesqueiro através de gerenciamento participativo;
- b) Criar mais reservas extrativistas pesqueiras, atendendo a estudos sócio-ambientais, e reativando as já existentes;
- c) Criar portos de desembarque pesqueiro, administrados pela colônia ou grupos de pescadores legalmente organizados em parceria com os municípios;
- d) Que seja unificada a regulamentação da pesca na bacia do alto Paraguai entre Brasil, Paraguai e Bolívia;
- e) Criação de um fundo oriundo das licenças de pesca e multas para estruturar a fiscalização da pesca de MT e MS;
- f) Ordenar o uso e a ocupação do solo garantindo a manutenção dos processos ecológicos essenciais da Bacia do Alto Paraguai;
- g) Simplificar a guia de transporte de iscas (devido à dificuldade de preenchimento);
- h) Inclusão dos pescadores profissionais artesanais nos levantamentos de estatística pesqueira, através das colônias, com o suporte do Estado.

RECUPERAÇÃO/FISCALIZAÇÃO

- a) Realizar o tratamento de efluentes domésticos;
- b) Recuperar as áreas de preservação permanentes das margens dos rios, córregos, ribeirões, nascentes, cabeceiras e lagos;
- c) Recuperação florestal de espécies frutíferas nas margens dos rios e nas planícies inundáveis.
- d) Intensificar a fiscalização de desmatamentos, pesca ilegal e período de defeso;
- e) Implantar nos rios do Pantanal, em parceria com a ONG SOS Mata Atlântica o projeto “Observando Nossos Rios”.

EDUCAÇÃO/SAÚDE/MORADIA

- a) Desenvolver cursos de educação ambiental envolvendo as comunidades ribeirinhas tradicionais;
- b) Criar um programa de habitação como agrovilas, bem como melhoria e construção das moradias dos pescadores artesanais, adequadas as suas realidades e condições

de pagamentos, garantindo também o acesso à água potável, saneamento básico, educação, assistência médica, eletrificação rural, esporte e lazer;

- c) Garantir a inserção dos pescadores profissionais no direito de insalubridade;
- d) Viabilizar convênio com o ministério da saúde para realizar diagnóstico das doenças ocupacionais que afetam os pescadores (as) profissionais artesanais, divulgando as medidas preventivas e os tratamentos adequados, amparando-os com os benefícios previdenciários, assim como, garantir melhoria no amparo médico odontológico assistencial;
- e) Alfabetizar os pescadores artesanais através do projeto federal “pescando letras” nas regiões e núcleos de pescadores e seus familiares;
- f) Possibilitar ao pescador (a) ensino formal através do acesso as escolas técnicas e universidades, principalmente para os jovens residentes nas comunidades pesqueiras, adequando os currículos às realidades locais assegurando inclusive transporte e o ensino fundamental e médio nas localidades;
- g) Garantir a implementação de pré-escola para os filhos de pescadores profissionais e acesso ao programa Bolsa Escola, com ênfase em “quem pesca não deixa de estudar e quem estuda não deixa de pescar”;
- h) Estimular a qualificação dos familiares de pescadores artesanais através de cursos profissionalizantes e programa de capacitação permanente, adequados à realidade e voltados à melhoria das condições sócio -ambientais das comunidades pesqueiras;
- i) Instruções sobre primeiros socorros, e características das cobras e outros animais que vivem nos baceiros;

PESQUISA PARA PESCA PROFISSIONAL

Para que a pesca no Pantanal que foi sustentável no passado e no presente, seja sustentável no futuro, acordam os membros do CPP (Centro de Pesquisa do Pantanal) e os pescadores profissionais que as pesquisas a serem realizadas no Pantanal tenham como objetivo estudos referentes a:

1. Viabilidade da pesca de iscas em lagoas que estão secando e que não vão se conectar com o rio naquela estação;
2. Por quanto tempo e em que condições o pescado pode ser comercializado em boas condições por vendedores ambulantes de pescado, nas condições locais;
3. Condições ideais para o armazenamento e transporte de iscas vivas a fim de reduzir a mortalidade;

4. Alimentação para espécies utilizadas como isca viva, tais como tuvira, caranguejo, caramujo durante a fase de armazenamento;
5. Pesquisa sobre utilização de covos para captura de iscas nas condições do Pantanal;
6. Definição de critérios para utilização sustentável de isca viva;
7. Efeito da captura de iscas vivas sobre a população de aves no Pantanal;
8. Determinação das condições dos corpos d'água sobre a captura de iscas vivas;
9. Efeito da captura de iscas vivas no estoque das espécies exploradas;
10. Tamanho e idade da primeira reprodução das espécies utilizadas como isca viva;
11. Desenvolver tecnologias para criação de iscas vivas em cativeiro;
12. Seletividades de malhas utilizadas nas telas de iscas para permitir a fuga dos exemplares menores;
13. Fatores que contribuem para a degradação ambiental e morte dos rios do Pantanal;
14. Monitoramento da drenagem dos rios do Pantanal;
15. Influência da alteração da curva de vazão dos rios na dispersão de água na planície inundada e sua relação com os estoques pesqueiros do Pantanal;
16. Relação entre qualidade de água e produção pesqueira;
17. Efeito do pesque e solte sobre os recursos pesqueiros;
18. Estudos sócio-ambientais das inter-relações entre pescadores profissionais e amadores;
19. Efeito dos jacarés sobre os estoques pesqueiros;
20. Registro e monitoramento da produção pesqueira;
21. Influência dos festivais de pesca no estoque pesqueiro;
22. Efeito da proibição da pesca do curimatá sobre suas populações;
23. Efeitos das cevas sobre os estoques pesqueiros;
24. Efeito da navegação fluvial sobre a reprodução dos peixes;

25. Avaliação do nível de exploração dos estoques pesqueiros e o efeito das diferentes modalidades de pesca sobre os estoques;
26. Efeitos de ações antrópicas que afetam os estoques pesqueiros do Pantanal, com ênfase em atividades como construção de represas e diques, usinas de álcool e assoreamento;
27. Efeito do armazenamento, transporte e fluxo de comercialização no escoamento da produção pesqueira, na renda do pescador e no preço final do produto;
28. Efeito da pesca ilegal sobre a diminuição dos estoques pesqueiros;